



Plenário pode votar aumento de pena em casos de feminicídio

Tempo maior para a pena de prisão aplicável ao feminicídio é primeiro item da pauta do Plenário, que inclui outros dois projetos sobre segurança pública

Os senadores devem analisar esta semana três projetos na área de segurança pública, tema prioritário na Casa. O primeiro deles prevê o aumento no tempo da pena de prisão em casos de feminicídio. Um dos agravantes é quando o assassinato

ocorrer em descumprimento de medida protetiva de urgência. As outras propostas são a que cria o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens e a que agrava a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência ou escola. **3**

Aumenta consciência sobre violência doméstica **2**



Três projetos em pauta tratam de segurança pública, tema considerado prioritário para 2018 nas deliberações do Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado — 28/2/2018

Voto impresso é tema de debate hoje em comissão **8**

Colegiado define audiências sobre lei trabalhista **2**

Descarte correto de óleo de cozinha entra em pauta **8**

Incentivo a energia alternativa pode ser votado **6**

CPI do BNDES apresenta relatório final **8**

Comissão quer ampliar acesso a droga contra Parkinson

A Comissão de Direitos Humanos pedirá ao Ministério da Saúde que mude a idade mínima dos pacientes que têm direito aos medicamentos contra a doença de Parkinson pelo

Programa Farmácia Popular. Hoje apenas quem tem mais de 50 anos pode comprar ou ganhar as drogas do programa. Segundo especialistas ouvidos em audiência, muitos doentes

com menos de 50 anos enfrentam dificuldades para se tratar. A comissão também pedirá ao Ministério da Ciência e Tecnologia que crie um instituto de pesquisa dedicado à doença. **8**



A coordenadora do projeto Vibrar com Parkinson, Danielle Ianzer (2ª à esq.), fala na audiência, ao lado de Paulo Paim



Professores de Brasília participam de conscientização sobre uso da água

Tony Winston/ABR

Países se reúnem para buscar soluções para questão hídrica

Começa no domingo, em Brasília, o 8º Fórum Mundial da Água. O Senado terá participação ativa e criou

uma subcomissão. Cerca de 10 mil pessoas de 160 países vão debater a gestão dos recursos hídricos. **4 e 5**

Projeto que eleva rendimento de contas do FGTS pode ir a votação

Está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos um projeto de lei que altera a correção do dinheiro acumulado nas contas do FGTS. Pelo texto, os recursos terão 12% anuais de correção nos primeiros anos e depois serão reajustados conforme o IPCA. Atualmente, o rendimento das contas do FGTS não repõe sequer as perdas inflacionárias. **6**

Eunício participa da liberação de R\$ 2 bilhões para municípios

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou da cerimônia em que o presidente da República, Michel Temer, sancionou uma lei que libera às prefeituras R\$ 2 bilhões, a serem aplicados em saúde, educação e assistência social. Na mesma cerimônia, prefeitos formalizaram a adesão ao Programa Internet para Todos, que levará banda larga a todos os municípios. **7**

Debate: Brasil deve ampliar uso de energia renovável

Quando o país enxergar a energia como ferramenta para garantir o desenvolvimento sustentável e a função econômica e social das cidades, vai ampliar o uso de fontes reno-

váveis, segundo especialistas ouvidos ontem na Comissão Senado do Futuro. Eles também apontaram a necessidade de atualizar a legislação e de preparar profissionais para

uma mudança de mentalidade sobre a matriz energética. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a projeção é que em 2026 o país chegue a 86,9% de energias renováveis. **7**



Hélio José (3º à esq.) preside debate na Comissão Senado do Futuro sobre a diversificação das fontes de energia

Roque de Sá/Agência Senado

Pesquisa: consciência sobre violência doméstica aumenta

Estudo do Observatório da Mulher contra a Violência aponta que as brasileiras, embora tenham mais percepção da violência sofrida em casa, estão buscando menos os serviços oferecidos pelo Estado

AO MESMO TEMPO em que as mulheres demonstram ter mais consciência da violência doméstica, uma parcela menor de vítimas tem procurado delegacias e centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. É o que aponta a pesquisa qualitativa *Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) em conjunto com o DataSenado.

De acordo com o levantamento, que ouviu 19 órgãos atuantes no enfrentamento à violência contra as mulheres, os serviços de apoio a vítimas de violência e as campanhas de esclarecimento sobre os direitos das mulheres têm permitido que mais brasileiras reconheçam e denunciem agressões sofridas no ambiente doméstico. Mas apenas uma em cada três mulheres afirmou ter buscado a intervenção do Estado para enfrentar a violência sofrida.

O estudo, divulgado semana passada, é um desdobramento da edição de 2017 da *Pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, realizada pelo DataSenado em parceria com o OMV, que apontou aumento expressivo no percentual de mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica. De acordo com o levantamento, de 2015 para 2017 o índice passou de 18% para 29%. A pesquisa, feita a cada dois anos desde 2005, sempre apontou resultados entre 15% e 19%.

Medo

Para os pesquisadores, o aumento do número de mulheres que declararam ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica em 2017 não significa necessariamente um crescimento real dos casos, mas revela que as mulheres reconhecem mais as agressões sofridas. Ao mesmo tempo, um percentual menor de mulheres afirma ter procurado ajuda: subiu de 15% para 27% o percentual de brasileiras que afirmou não ter tomado atitude alguma após a última agressão sofrida.

De acordo com pesquisa, as vítimas muitas vezes deixam de denunciar a agressão por dependerem economicamente do autor da violência, por medo de não conseguirem sustentar a si e a seus filhos, ou por vergonha da reação da família, dos amigos e da



Ribeiro, do Observatório da Mulher, propõe mudança no atendimento

sociedade em geral.

De acordo com vários especialistas entrevistados para a pesquisa, a ligação afetiva com o agressor e o medo de represálias são outros fatores que impedem uma mulher de denunciar.

Desconfiança

Outra dificuldade para romper o ciclo de violência doméstica está na desconfiança de muitas mulheres em relação às medidas restritivas previstas na Lei Maria da Penha e na prestação de serviços por parte do Estado: 20% das entrevistadas acreditam que a Lei Maria da Penha não protege as mulheres, enquanto 53% delas afirmaram que a lei protege apenas em parte.

Segundo o coordenador do OMV, Henrique Ribeiro, em muitos casos a vítima quer apenas que a violência cesse, o que nem sempre ocorre com a condenação do agressor, ou com a concessão de medidas protetivas de urgência. Segundo ele, muitas vezes é preciso assegurar à mulher em situação de vulnerabilidade serviços para ajudá-la a lidar com traumas e para aumentar sua autonomia.

— Ao mesmo tempo em que as mulheres demonstram ter mais consciência da violência doméstica, o percentual de mulheres que não tem buscado o Estado aumentou. Nossa hipótese é que o problema está no tipo de opção que o Estado dá que é combater a violência revidando. A mulher pode levar muito tempo para fazer a denúncia se a única solução é prender. A mulher muitas vezes não quer que o marido seja preso ou que em razão da denúncia perca o emprego.

Maria da Penha

O estudo faz também um diagnóstico do desempenho das políticas públicas e indica

alternativas para que as ações sejam mais efetivas, como assegurar a agilidade na concessão de medidas protetivas, realizar um monitoramento eficaz do cumprimento dessas medidas, sincronizar o andamento do processo civil com o processo criminal e assegurar o atendimento psicossocial da mulher, de seus filhos e também do autor da violência.

Rede de apoio

Outras ações sugeridas incluem a criação de novas portas de entrada para a rede de apoio e a busca de modelos de intervenção regionalizados, criando unidades de suporte às vítimas em um número maior de municípios.

Sugestões

Uma sugestão é capacitar centros de referência de atendimento social, que atuam, por exemplo, no cadastramento de beneficiários de iniciativas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. A ideia é que, no momento em que as mulheres buscam um atendimento desses serviços, o entrevistador seja capaz de identificar um quadro de violência doméstica.

Pesquisa

De acordo com Henrique Ribeiro, a ideia não é trazer respostas definitivas sobre o problema, mas tentar compreender melhor os dados das últimas pesquisas e contribuir para aprimorar as políticas públicas de combate à violência doméstica.

— A ideia é conversar com mais especialistas, receber críticas e ajudar a melhorar esse diagnóstico — assinalou o coordenador.

Veja a íntegra da pesquisa: <http://bit.ly/pesquisaomv>

Colegiado sobre reforma trabalhista define audiências

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre ajustes na reforma trabalhista se reunirá amanhã, às 14h30, para votação de 12 requerimentos de audiência pública. Entre os temas propostos, estão a remuneração e os impactos previdenciários da medida e a segurança e a saúde dos trabalhadores.

A MP 808/2017 foi editada no fim de 2017 para cumprir acordo firmado entre governo e parlamentares a fim de evitar que eventuais mudanças feitas pelo Senado na reforma adiassem a aprovação da proposta. A MP modifica 17 artigos da Lei 13.467/2017 e recebeu 967 emendas.

Entre as principais mudanças no texto da reforma,

está uma definição legal mais elaborada de contrato de trabalho intermitente e do autônomo.

Outros pontos polêmicos da nova legislação alterados pela MP tratam da contribuição previdenciária, da negociação coletiva e da jornada de 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso.

A comissão foi instalada na terça-feira da semana passada com a eleição do senador Gladson Cameli (PP-AC) para presidente e do deputado Pedro Fernando (PTB-MA) para vice.

A medida, que ainda não tem relator designado, deve ser votada até 23 de abril, prazo em que perde a vigência.

Comissão da MP do Instituto Chico Mendes se reúne amanhã

A comissão mista responsável por examinar a MP 809/2017 tem reunião marcada para amanhã às 14h30. A MP permite ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) selecionar, sem licitação, instituição financeira oficial para criar e administrar o fundo que receberá recursos de compensações ambientais.

A MP também permite que o Ibama e o ICMBio contratem pessoal por até um ano, prorrogável por igual período, para atender casos

como prevenção, controle e combate a incêndios florestais, controle e combate de fontes poluidoras imprevistas e apoio em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas.

A comissão foi instalada na semana passada, quando elegeu o deputado Assis do Couto (PDT-PR) como presidente e o senador Pedro Chaves (PRB-MS) como vice-presidente. O senador Jorge Viana (PT-AC) foi escolhido relator e o deputado Paes Landim (PTB-PI), revisor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Verba para transporte coletivo**
9h Entre 11 itens, texto sobre transportes.
- CAE Políticas públicas**
10h Após 15 itens, votação do relatório sobre políticas públicas em 4 setores.
- CCJ Segurança da urna eletrônica**
10h Debate sobre impressão do voto com o presidente do TSE, Luiz Fux.
- CRA Produção de flores**
11h Projeto que diminui burocracia para flores ornamentais é um dos 7 itens.
- CE Fundo patrimonial**
11h30 O PLC 158/2017, sobre fundo patrimonial em instituição federal de ensino superior, está na pauta de 18 itens.

- CMA Limite de faixas rodoviárias**
11h30 Flexibilização do limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias é um dos 12 projetos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta o PLC 8/2016, que cria novas hipóteses para o aumento da pena de feminicídio.
- CMO Ministro da Saúde**
14h30 Audiência com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, sobre contas do SUS.
- CPI DO BNDES Relatório**
14h30 Apresentação e leitura do relatório.
- MP 810/2017 Empresas de informática**
14h30 Análise do plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa agravamento de feminicídio

Projetos sobre enfrentamento ao homicídio de jovens e pena maior para crimes de tocaia próximos a escolas e casas também estão na pauta

O AUMENTO NO tempo da pena de prisão aplicável ao feminicídio — assassinato de mulher por razões de gênero — é o primeiro item da pauta do Plenário desta semana. Outros dois projetos ligados à segurança pública, tema prioritário para o Senado em 2018, devem ser analisados. Entre as hipóteses para o agravamento da pena, está a prática do crime em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha. Se for aprovado, o texto (PLC 8/2016) seguirá para a sanção.

As medidas protetivas são determinadas pela Justiça para garantir a segurança das mulheres vítimas de violência doméstica. As mais conhecidas são o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima e a fixação de limite mínimo de distância dele em relação à vítima. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o juiz pode também suspender ou restringir a posse ou o porte de armas pelo agressor, proibi-lo de entrar em contato com a vítima, seus familiares e testemunhas e até proteger os bens da vítima por ações como bloqueio de contas e indisposição ou restituição de bens indevidamente subtraídos.

O autor do texto, deputado



Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em Brasília: medidas para garantir a segurança feminina devem ser votadas pelo senadores hoje

Lincoln Portela (PRB-MG), lembra que muitas vezes as medidas não são cumpridas e inúmeros casos culminam com a morte da vítima. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) concorda.

— Lamentavelmente, não são poucos os agressores que descumprem medidas protetivas, voltam a agredir as suas companheiras e nenhuma penalidade maior sofrem por parte da legislação brasileira — lamentou a senadora em Plenário na semana passada.

Impasse

Vanessa foi relatora do PLC 4/2016, aprovado no dia 7, véspera do Dia Internacional da Mulher. O texto prevê pena de detenção de três meses a dois anos para quem desobe-

der a decisão judicial que determine medida protetiva. O projeto seguiu para sanção do presidente.

A aprovação resolveu um impasse judicial. Como os juízes costumavam divergir, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o descumprimento de medida protetiva não caracterizaria crime de desobediência a ordem judicial. Isso poderia impedir, na prática, a prisão em flagrante do agressor que, por exemplo, contrariasse decisão judicial para se manter distante da vítima. Para Lídice da Mata (PSB-BA), o descumprimento de medidas protetivas é um dos obstáculos na aplicação da Lei Maria da Penha.

— A Lei Maria da Penha, que é uma lei de vanguarda

no mundo, aprovada pelo Parlamento brasileiro, encontra grande dificuldade de ser aplicada por inúmeros tipos de obstáculos que encontra na sua frente. Um deles está justamente no descumprimento de medidas protetivas previstas naquela lei — disse a senadora.

Atualmente, o Código Penal já prevê o aumento de pena para o feminicídio em três hipóteses: se a vítima estiver gestante ou nos três meses posteriores ao parto, se a vítima for menor de 14 anos de idade, maior de 60 anos ou tiver alguma deficiência e se a vítima estiver na presença de filhos, netos, pais ou avós.

O projeto cria outras situações para o agravamento da pena: se o delito for praticado contra pessoa com doença

degenerativa que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental e na presença virtual de descendente ou de ascendente da vítima. Essa hipótese pode ser caracterizada, por exemplo, se o crime for diante de uma câmera, com divulgação pela internet.

Jovens

Na área de segurança pública, devem ser votados o texto que cria o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PLS 240/2016) e o projeto que agrava a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros do ambiente escolar (PLS 469/2015).

Vanessa Grazziotin critica possíveis alterações no Programa Bolsa Família

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) expressou preocupação sobre possível mudança do nome do Programa Bolsa Família para Bolsa Dignidade e o pagamento de R\$ 20 para o beneficiário que fizer trabalho voluntário.

Ao criticar o fato de ter sabido pela imprensa, ela disse que apresentou requerimento de convocação do ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, para prestar esclarecimentos ao Senado.

Para a senadora, ao mudar o nome do programa para Bolsa Dignidade, o governo trata a população como indigna. Ela alertou que as mudanças são profundas e devem ser anunciadas pelo ministro antes de sua saída do cargo. Osmar Terra deve concorrer à reeleição para a Câmara em outubro.

— O que eles querem é tentar apagar a imagem do presidente Lula junto ao Bolsa Família. Eles querem apagar o legado deixado pelo presidente Lula, quando instituiu um dos maiores programas que esse Brasil já viu.



Waldemir Boneiro/Agência Senado

Paim pede mudança da legislação sobre perda de ação por trabalhador

Paulo Paim (PT-RS) defendeu mudanças na legislação trabalhista para impedir que o trabalhador que perder, mesmo que parcialmente, alguma causa na Justiça do Trabalho tenha de pagar os honorários do advogado da outra parte, além de um percentual incidente sobre o valor pedido na ação.

Ele contou o caso de um trabalhador de Rondonópolis (MT) que foi condenado a pagar R\$ 750 mil de indenização à empresa contra a qual ajuizou uma ação. Paim disse que o trabalhador pediu indenização de cerca de R\$ 15 milhões, mas a Justiça do Trabalho entendeu que ele tinha apenas direito parcial, o que correspondia a R\$ 10 mil.

Como não ocorreu um acordo, contou, a decisão judicial, de fevereiro de 2018, fundou-se na nova lei trabalhista.

— O trabalhador, claro, não tem os R\$ 750 mil. Nunca, até hoje, quando um trabalhador perdia uma ação, ele tinha que pagar. Agora vai ter que pagar R\$ 750 mil porque perdeu a ação. Vejam a que ponto chegamos — lamentou o senador.

Gurgacz destaca projetos para proteger o meio ambiente na Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou projetos apresentados por ele com o objetivo de proteger o meio ambiente nos estados da Amazônia Legal. A primeira proposta (PLS 115/2015) concede incentivos aos agricultores que conservarem a floresta.

Eles teriam um abatimento no Imposto de Renda de seus custos para conservação ou recuperação das áreas. Além disso, estariam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de maquinário agrícola.

Outra iniciativa (PLS 375/2017— Complementar) destina 2% do Fundo de Participação dos Estados para uma reserva financeira específica para a Amazônia Legal, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas de baixo impacto ambiental.

— Essa medida é necessária, pois os estados da Amazônia Legal sofrem um rígido regime de proteção legal que limita o desenvolvimento de importantes atividades econômicas — destacou o senador.



Waldemir Boneiro/Agência Senado

Telmário Mota acusa governo federal de “dar as costas” para Roraima

O senador Telmário Mota (PTB-RR) apontou diversos problemas de Roraima e acusou o governo federal de descaso, qualificando o presidente Temer como inimigo número um do estado.

— Roraima é um estado ainda em construção. No entanto, o governo federal, por motivação política, querendo afundar o estado no quanto pior melhor para a sua quadrilha chegar lá como salvadora da pátria, afundou Roraima numa crise jamais vista. O governo está de costas para Roraima.

Ele mencionou o fechamento com correntes, todas as noites, da rodovia BR-174, a crise provocada por milhares de imigrantes venezuelanos e a falta de autorização federal para titularizar 18 glebas, já prontas para serem tituladas.

Telmário Mota disse ainda que há fortes indícios de corrupção no setor energético, em relação a quatro usinas termelétricas que deveriam atender o estado e que pertencem a duas empresas com sinais de irregularidades:



Waldemir Boneiro/Agência Senado

Em busca de um novo modelo de gestão para o uso da água

Fórum mundial debaterá em Brasília formas sustentáveis de uso dos recursos hídricos para evitar desabastecimento no futuro. No Brasil, crises recentes como as de São Paulo e do Distrito Federal foram alerta

UM EVENTO DE dimensão planetária vai mobilizar Brasília nos próximos dias. O 8º Fórum Mundial da Água deve reunir na capital federal, de 18 a 23 de março, 10 mil pessoas de 160 países. Governos, parlamentos, organismos multilaterais como a ONU, sociedade civil, empresas e instituições de pesquisa vão debater alternativas para a gestão dos recursos hídricos.

A abrangência do fórum — principal encontro mundial sobre o tema — mostra que a preocupação com a falta e a qualidade da água deixou de ser exclusiva de ambientalistas. Um dos objetivos do encontro é discutir alternativas globais para o cumprimento da resolução da Organização das Nações Unidas que prevê o acesso à água potável e ao saneamento como direito humano essencial.

No Senado, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) instalou uma subcomissão temporária para discutir a atuação da Casa no encontro. A primeira atividade foi uma audiência na semana passada sobre o tema do fórum: compartilhamento de água. O debate foi sobre bacias hidrográficas repartidas entre países.

— Temos uma oportunidade de contribuir para que a água não vire, como alguns analistas prevêem, o foco dos conflitos no futuro — disse na audiência Jorge Viana (PT-AC), presidente

da subcomissão temporária. O senador espera que a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (a PEC 4/2018, de autoria dele) que inclui na Carta Magna o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais seja o principal legado do fórum para o Brasil.

Desequilíbrio

O país dispõe de 12% da água doce do mundo. Isso, porém, não garante abastecimento a todas as regiões, porque a distribuição do recurso pelo território não é equilibrada. A maior concentração de águas superficiais (81%) está na Bacia Amazônica, que abriga apenas 9% da população. Assim, 91% dos habitantes dependem de outras bacias.

Também são problemas o alto índice de perda de água tratada (que chega a 37%) em vazamentos e a poluição dos rios, que dificulta e muitas vezes inviabiliza sua utilização como fonte de abastecimento.

As consequências da falta de planejamento e do mau emprego do recurso já são sentidas pelos brasileiros. Exemplos disso são as crises hídricas que se instauraram em várias regiões, atingindo a capital do estado mais populoso e rico, São Paulo, em 2014, e a própria capital do país, em 2017. Em ambos os casos, houve redução drástica nos níveis de água dos reservatórios: o Sistema



Bacia Amazônica, que tem boa parte da água doce do planeta, e reservatório seco em Brasília: país possui mananciais em abundância, mas distribuição do recurso é desigual



Fotos: Neil Palmer/CIU e Tony Winson/ABR



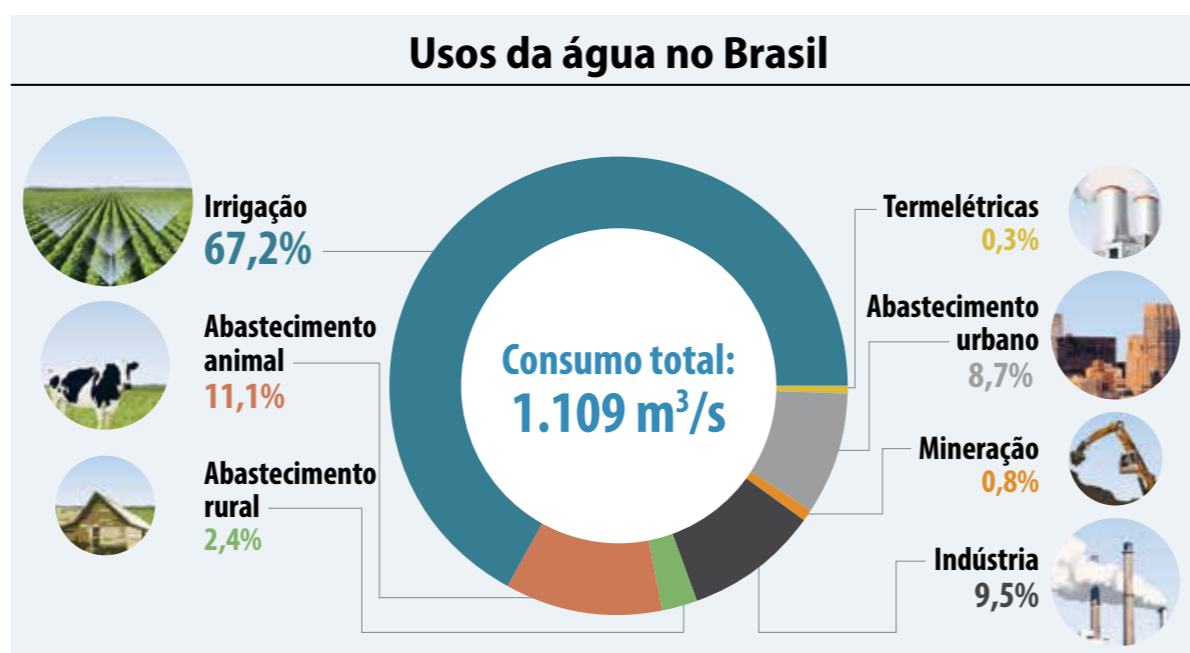
Jorge Viana preside subcomissão sobre participação do Senado no fórum

Cantareira, em São Paulo, e o Descoberto e Santa Maria, em Brasília. As regiões não tinham um sistema de armazenamento e distribuição eficiente, capaz de enfrentar a diminuição das chuvas por dois anos consecutivos.

Segurança hídrica

Enquanto alguns estados sofrem com racionamento, outros enfrentam problemas com o excesso de precipitação. Neste ano, as chuvas no Norte fizeram o Rio Madeira subir e inundar Porto Velho, em Rondônia. O Acre ficou em estado de alerta para uma eventual inundação da BR-364 interromper a ligação terrestre com o restante do país.

— Como o Brasil é um país muito grande, estamos vivendo uma das piores secas da história na Região Nordeste e, ao mesmo tempo, uma cheia intensa na Região Norte — observa o superintendente-adjunto de Regulação da Agência Nacional



de Águas (ANA), Patrick Thomas.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a água é um tema repetidamente debatido no Congresso em períodos de crise, mas engavetado logo após as questões emergenciais serem resolvidas. Por isso, a senadora apresentou um projeto que inclui a segurança hídrica no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos, como forma de garantir a criação de uma cultura de segurança da água no país (PLS 65/2017).

— A tendência é parar de discutir a questão quando cessam as emergências. Não vejo outra saída senão o planejamento e a criação de cultura de segurança hídrica, que precisa estar inserida no planejamento do país — disse.

As 12 regiões hidrográficas brasileiras



Fonte: ANA

Abastecimento precário penaliza os mais pobres

No Brasil, 12 milhões de pessoas não têm água tratada e encanada em casa. Outros 64 milhões recebem água de forma precária, ou seja, sem segurança sanitária ou em quantidade insuficiente para a proteção à saúde. O déficit de acesso ao abastecimento, segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), atinge, em 70% dos casos, pessoas com renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo.

A situação piora quando o assunto é esgotamento sanitário: para 18 milhões, o serviço

inexiste. Para outros 96 milhões, é inadequado.

Não é preciso ir muito longe para identificar essa situação, que atinge metade da população do país. A 35 quilômetros do centro de Brasília e do local onde será realizado o fórum, o bairro Sol Nascente, uma comunidade irregular com cerca de 100 mil habitantes, toma o lugar do que seria um parque ecológico.

O crescimento desordenado refletiu na infraestrutura da cidade, principalmente no saneamento. O morador e repórter comunitário Mario Lima

conta que algumas ruas já têm serviço de abastecimento, mas a água chega à grande maioria das casas por meio de ligações clandestinas. Para direcionar a água e os detritos das residências, os moradores constroem fossas rudimentares.

— Muita gente cava sua própria fossa. Enquanto não chega o esgoto, é no quintal de casa mesmo — relata.

Essas práticas, apesar de serem consideradas crimes, são comuns no Brasil. De acordo com a pesquisa Saneamento em Áreas Irregulares nas Grandes

Cidades Brasileiras, do Instituto Trata Brasil, apenas 7,9% das residências em comunidades recebem o abastecimento de água pela rede formal. Em 32,8% das moradias, a água chega por ligações clandestinas, em 20,5%, por cisternas, em 3,8%, por carros-pipa e, em 22,2%, os moradores buscam água em córregos ou cachoeiras.

Segundo o estudo, em 53,6% das residências pesquisadas foram encontradas fossas rudimentares nos quintais. Em 17,5% das casas, o esgoto é lançado diretamente nos córregos ou mangue; em 14,9%, a céu aberto. Em 5,3%, é usada fossa séptica.

Em apenas 8,6% dos casos o esgoto é coletado. Os problemas relacionados ao esgotamento sanitário vão muito além das fossas rudimentares. Segundo o Sistema Nacional de Informações Sobre o Saneamento, 26% dos esgotos coletados não são tratados, ou seja, retornam para a natureza em forma de poluição.

Além da CRE, a Comissão Senado do Futuro também discutiu na semana passada a importância do Fórum Mundial da Água 2018 e o panorama hídrico do país. Na ocasião, o senador Hélio José (Pros-DF) disse que, para o país superar a crise hídrica, é fundamental

preservar as nascentes e mananciais. Ressaltou ainda a falta de uma legislação para regular os conflitos entre agricultura e racionalização da água.

— Outro aspecto para o qual não encontramos solução é o conflito de interesses entre os produtores agrícolas e as restrições governamentais. Há demanda crescente da sociedade por produtos agropecuários que, para serem produzidos, consomem muita água. Ainda nos falta um marco regulatório que preserve a ação empresarial, especialmente da agricultura familiar, e a capacidade de produção de água de nossos sistemas — afirmou.

Recessão pode motivar privatizações no setor

Criado em 2013 para aumentar a rede de distribuição de água e coleta de esgoto, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) prevê investimento de R\$ 300 milhões no setor em 20 anos.

Todavia, a recessão enfrentada pelo Brasil pode comprometer o orçamento previsto, levando à busca por soluções alternativas, como a desestatização de empresas estaduais de saneamento. A desestatização está em andamento no Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro.

— Na atual conjuntura, em que o Estado tem uma capacidade de investimento reduzida, pode parecer convidativo atrair capital privado para fazer os investimentos que o poder público não é capaz de fazer, diante da crise fiscal — explica o consultor legislativo do Senado Carlos Henrique Tomé.

Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), os governos estaduais não têm condições de continuar investindo na expansão e modernização da rede.

— Acredito que o modelo de uma PPP [parceria público-privada], por exemplo, poderia funcionar. Claro que, aliado a isso, se faz necessário uma agência reguladora forte, atuante, que assegure não apenas a qualidade do serviço, mas também impeça cobranças indevidas ou até mesmo valores exorbitantes — aconselha.

Segundo o BNDES, a publicação dos primeiros editais, para a modalidade de leilões, deve acontecer ao longo do segundo trimestre do ano.

Atualmente as companhias de saneamento têm diversos modelos de administração. Algumas são tocadas diretamente pelo poder público, outras por autarquias. Há do mesmo modo empresas públicas, privadas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, fundações e associações.

— Há mais de 20 anos, as empresas privadas integram o arcabouço de prestadores de serviço de água e esgoto. O cenário de recessão fiscal poderá levar a que mais empresas privadas assumam o serviço — explica o diretor do Departamento de Planejamento e Regulação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Emami Ciríaco de Miranda.

Tarifas

A polêmica em torno da desestatização se dá principalmente quanto ao possível aumento da tarifa. Para o consultor do Senado, nos casos de concessão, privatização ou

Abastecimento de água

A garantia do abastecimento à população depende da infraestrutura existente e da quantidade de água disponível nos mananciais



O esgotamento sanitário

A infraestrutura e serviços adequados de coleta e tratamento de esgotos são fundamentais para garantir a qualidade da água dos corpos hídricos

parceria público-privada, o governo tem como garantir uma tarifa equilibrada.

— Depende da qualidade do contrato, que precisa garantir subsistência econômica, uma prestação de serviço com qualidade, os investimentos necessários e uma modicidade tarifária — avalia Tomé.

Também devem ser mantidos subsídios para pessoas carentes

ou com menor consumo. — Independentemente de quem opere o serviço, o que é fundamental é que haja programas de investimentos, modernização e melhoria da gestão e qualificação dos trabalhadores para que possa avançar o serviço, seja com operadores públicos, seja com operadores privados — afirma Ciríaco.

DF investiu em conscientização da população e políticas públicas

Apesar de o abastecimento urbano ser responsável por apenas 8,8% da água consumida no país (veja quadro), a conscientização social deve ser priorizada. Para o professor da Universidade de Brasília (UnB) Henrique Marinho, o consumo de água não aumenta apenas pelo crescimento populacional, mas também pela mudança nos padrões de consumo, como a troca de uso do tanque pelo de máquina de lavar.

— Há 20 anos consumíamos a metade do que consumimos hoje.

Ele defende políticas públicas de incentivo à economia de água e sugere que os valores investidos em infraestrutura por cidadãos, condomínios ou empresas possam ser abatidos em impostos.

No Distrito Federal, durante a crise hídrica, o consumo de água diminuiu 12,2% no último ano. Segundo a Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), em 2016 o consumo per capita era de 147 litros ao dia. Em 2017, caiu para 129 litros. A média ainda é superior à recomendada pela ONU, de 110 litros, mas menor que a média nacional, de 154 litros. Essa queda, defende a Caesb, é resultado de uma mudança de comportamento dos cidadãos. Enfrentando um período crítico, inclusive com corte de abastecimento um dia por semana, os consumidores aprenderam a fechar a torneira enquanto escovam os dentes, reaproveitar a água da máquina de lavar e reduzir o tempo no banho, entre outras questões divulgadas em campanhas educativas.

Outra questão foi o investimento de R\$ 170 milhões, pela companhia, em melhorias estruturais para evitar perdas de água tratada, como substituição de hidrômetros e de redes de água e a instalação de válvulas redutoras de pressão. Em 2015, em Brasília, havia perdas de cerca de 35% do total da distribuição.

Para o senador Reguffe (sem partido-DF), a Caesb dá um bom exemplo ao reconhecer e beneficiar com bônus-desconto os consumidores que economizaram água. Quando exercia o mandato de deputado distrital, ele apresentou o projeto que deu origem à Lei 4.341/2009, que regulamenta o benefício.

Saiba mais

Site do 8º Fórum Mundial
www.worldwaterforum8.org

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Comissão estuda elevar rendimento do FGTS

Projeto estabelece que fundo será corrigido em 12% anuais nos três primeiros anos e depois pelo INPC. Atualmente, correção não consegue repor perdas inflacionárias

UM PROJETO QUE aumenta a remuneração dos depósitos feitos nas contas dos trabalhadores no FGTS está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto estabelece a correção das contas com juros de 12% anuais nos três primeiros anos após a aprovação da lei e posteriormente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Os valores permitirão aproximar a rentabilidade das contas do FGTS à da poupança e manter o poder de compra dos recursos, como avalia a autora, Rose de Freitas (PMDB-ES).

Para a senadora, o aumento do rendimento elevará os saldos das contas, que, quando sacados, significarão maiores benefícios ao trabalhador e à economia.

“O aumento do rendimento das contas do FGTS beneficiará o trabalhador e preservará os subsídios aos programas habitacionais e de infraestrutura”, explica Rose.

Poupança compulsória

O relator da proposta na CAE, Paulo Rocha (PT-PA), considera que o projeto corrige uma grave distorção do fundo: a baixa remuneração dos recursos do trabalhador.

“O FGTS é uma poupança compulsória do trabalhador cujos recursos são advindos do recolhimento feito pelo empregador no valor de 8% sobre o valor da remuneração. Atualmente, os saldos são remunerados pela TR mais 3% ao ano, um montante que não

tem sido suficiente nem para repor as perdas inflacionárias”, argumenta o senador, dando voto favorável ao projeto.

Os valores depositados na conta do trabalhador têm como objetivo garantir recursos para indenizações trabalhistas em caso de demissão sem justa causa e proporcionar ao trabalhador poupança compulsória a ser utilizada na aquisição da casa própria, em despesas com doenças graves ou na aposentadoria.

Os saldos das contas também constituem um fundo destinado ao financiamento de programas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. “Os recursos do FGTS são patrimônio do trabalhador”, enfatiza Paulo Rocha.

Senadores analisam proposta que regulamenta profissão de salva-vidas

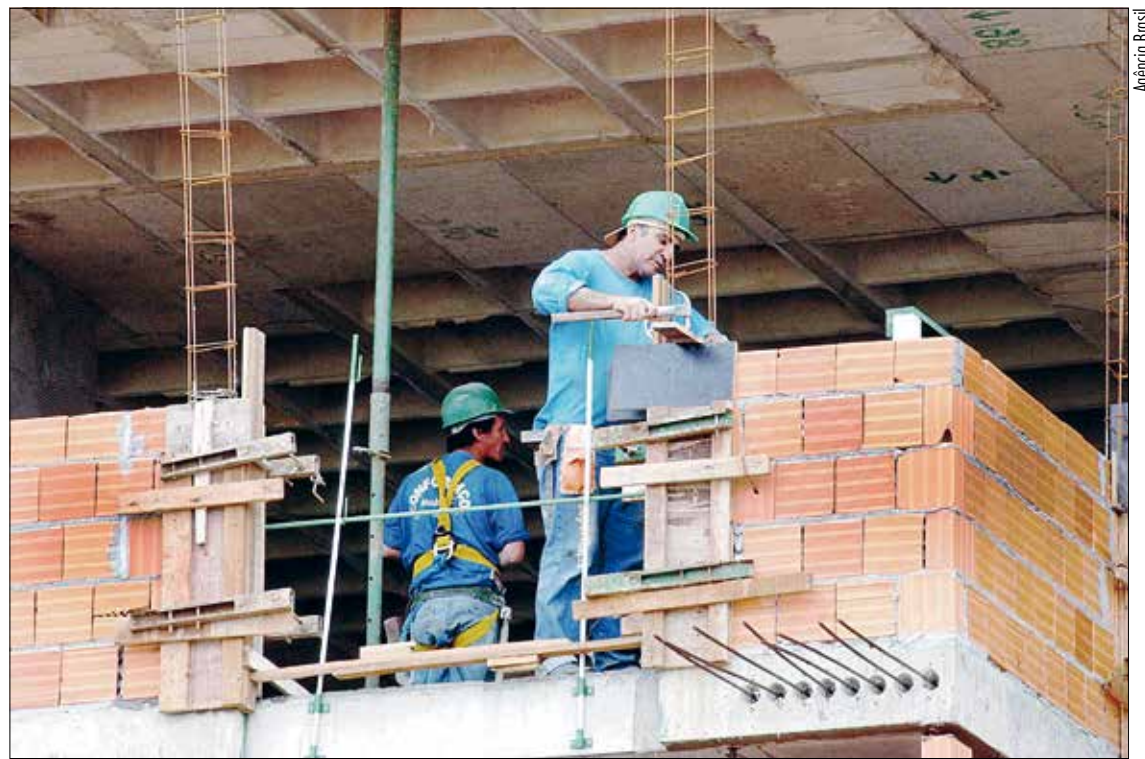
Também está na pauta da CAE a regulamentação da atividade de salva-vidas.

Os senadores analisam dois projetos que tramitam em conjunto por tratar desse mesmo tema: os PLCs 66/2011 e 42/2013.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), pede a aprovação do primeiro e a rejeição do segundo.

De acordo com o texto que será votado, será considerado salva-vidas o “profissional apto a realizar práticas preventivas e de salvamento relativas à ocorrência de sinistros em ambientes aquáticos”.

Para exercer a atividade, haverá quatro condições: ser maior de 18 anos, ter



Trabalhadores podem sacar recursos acumulados na conta do FGTS para ajudar na compra da casa própria

plena saúde física e mental, ter concluído o ensino fundamental (ou equivalente) e estar habilitado em curso de formação profissional específica. O curso deverá ser ministrado por escola técnica reconhecida.

Irregularidades

O texto também enumera as atribuições dos salva-vidas: praticar salvamento em ambientes aquáticos nos casos de emergência, desenvolver trabalhos preventivos e de educação da comunidade sobre riscos de afogamentos e acidentes aquáticos, visitar seu local de trabalho, notificando o administrador do estabelecimento para

esclarecimentos e providências sobre irregularidades constatadas, — incluindo eventuais descumprimentos às normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas à segurança e à higiene de piscinas —, e também comunicar ao poder público caso o administrador não resolva as irregularidades.

Caberá a uma lei específica dispor sobre a exigência de salva-vidas nas embarcações para transporte de passageiros ou em práticas recreativas.

A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador da piscina ou de parque aquático com acesso facultado

ao público. O contratante terá de providenciar seguro de vida e de acidentes em favor do salva-vidas, com indenização por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de acidentes ou doenças profissionais.

Conteúdo local

Na reunião de hoje, a CAE vota também o relatório do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) sobre a avaliação feita pela comissão durante 2017 das políticas públicas federais de conteúdo local nos setores de petróleo e gás natural, telecomunicações, defesa e transportes.

Projeto incentiva uso de energia alternativa em assentamentos

Os assentados da reforma agrária poderão contar com autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel, assegurada a participação nos resultados. É o que prevê projeto cujo substitutivo será analisado hoje pela Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária (CRA) em decisão final (PLS 384/2016).

Do senador José Agripino (DEM-RN), o projeto assegura indenização por danos e prejuízos causados em decorrência de obras e empreendimentos de interesse público em áreas de projetos de assentamento.

O relator, Cidinho Santos (PR-MT), manifestou-se fa-

voravelmente ao projeto. O senador aproveitou texto com modificações apresentado no ano passado pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), que fez ajustes no projeto como forma de adequá-lo ao ordenamento jurídico vigente.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Se aprovado na comissão e não houver recurso ao Plenário, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Cultivares

A comissão vai analisar o texto que isenta cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares.

O PLC 88/2014 tem relatório favorável de Ronaldo Caiado (DEM-GO). O texto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o senador, o projeto beneficia um setor que gera emprego e renda no campo e na cidade, sem prejuízos aos detentores de direitos intelectuais sobre cultivares protegidas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burrel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate pede planejamento e novas normas para energia

Especialistas disseram, em audiência, que para o país ampliar o uso de fontes renováveis é preciso investir em legislação atualizada, profissionais capacitados e desenvolvimento sustentável das cidades

O AUMENTO NO uso de energias renováveis passa por uma mudança de mentalidade, com planejamento urbano, legislação atualizada e profissionais preparados. É a opinião dos especialistas do setor energético que participaram de debate ontem na Comissão Senado do Futuro (CSF).

A discussão faz parte do ciclo de debates “2022: o Brasil que queremos”, que tem o objetivo de discutir medidas para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país.

O tecnologista da Agência Espacial Brasileira Cristiano Trein afirmou que é necessário incluir a energia como ferramenta da garantia do desenvolvimento sustentável das cidades e também da função econômica e social. Para ele, energia deve fazer parte do plano diretor dentro do Estatuto da Cidade.

Trein ressaltou que, atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades. A projeção é que, nos próximos 12 anos, o Brasil deva passar de 208 milhões para 223 milhões de habitantes. É importante investir mais em energia renovável intermitente, mas não só nela.

— Se aumentamos a nossa matriz apenas com uma fonte intermitente, como a energia solar fotovoltaica, vai nos faltar capacidade de manobra do sistema. Isso coloca em risco a segurança energética. Há um

limite para fonte intermitente. Ainda carecemos do desenvolvimento de baterias mais baratas e mais eficientes.

O especialista também apontou a necessidade da redução da perda de 17% da energia desde a geração até o consumo.

Matriz energética

O representante do Ministério de Minas e Energia, Lívio Andrade Filho, apontou a diversificação da matriz energética do país, com 80% de fontes renováveis.

As hidrelétricas ainda representam a maior parte, mas a energia eólica já cresceu 12%, seguida ainda de longe pela solar e pela biomassa. E as perspectivas são otimistas, segundo ele.

— A projeção é que em 2026 a gente chegue a 86,9% de energias renováveis. A eólica deve subir para 12,5% e a solar deve chegar a 2% — disse.

Para Andrade, há várias vantagens nas fontes renováveis de energia, desde a redução de perdas e a segurança no abastecimento até a permissão de arranjos, como consórcios e cooperativas. Ele explicou que o governo federal pode incentivar mais empreendimentos oferecendo preços atrativos ao investidor por meio de leilões.

O professor da Universidade de Brasília (UnB) Rafael Shayani apontou como um dos desafios para o futuro a formação dos profissionais

do setor energético. O perfil desse novo profissional deve englobar uma visão mais diversificada sobre energia elétrica para apresentar soluções modernas, defendeu.

— Os pontos a serem estudados por profissionais da área devem observar a relação entre energia e meio ambiente, justiça social e saúde pública, direitos humanos, erradicação da pobreza e cidadania mundial — afirmou.

Legislação

O professor da Universidade de São Paulo (USP) José Roberto Simões elogiou a instalação de projetos de energia solar, como os existentes na Bahia e no Piauí. No entanto, cobrou mudanças na legislação para que o setor comece a trabalhar com um novo conceito da geração distribuída. O Brasil precisa parar de gerar energia muito distante dos centros consumidores e apostar no pequeno produtor, sugeriu.

— Evitaríamos grandes investimentos e a tecnologia já está aí: os painéis fotovoltaicos. E aperfeiçoaríamos o sistema de compensação.

Já o presidente da CSF, Hélio José (Pros-DF), lembrou que há algumas propostas legislativas de autoria dele para o setor energético tramitando na Casa. No entanto, o senador ressaltou o forte lobby das termelétricas, que, afirmou, barra o avanço da exploração de fontes renováveis.



Eunício Oliveira, ao lado de Michel Temer, cumprimenta Gilberto Kassab

Eunício participa da sanção de auxílio de R\$ 2 bilhões para cidades

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem, em Brasília, da cerimônia em que o presidente da República, Michel Temer, sancionou uma lei que libera R\$ 2 bilhões da União para os municípios investirem em saúde, educação e assistência social.

A liberação dos recursos foi comemorada por uma plateia de 2,5 mil prefeitos.

A lei surgiu do PLN 1/2018, que foi aprovado pelo Congresso em fevereiro e concretiza o auxílio financeiro da União previsto na Medida Provisória 815/2017, destinado aos municípios para superação de dificuldades financeiras emergenciais.

Do total, R\$ 400 milhões vão para a assistência social, R\$ 600 milhões para a educação e R\$ 1 bilhão para a saúde. A parcela distribuída a cada prefeitura será calculada segundo os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Internet para Todos

Entre as autoridades presentes à cerimônia, estavam os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha, da Justiça, Torquato Jardim, da Saúde, Ricardo Barros, e da Advocacia-Geral da União, Grace Maria Mendonça, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e os líderes do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Na mesma cerimônia, os

prefeitos assinaram com o ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, o termo de adesão ao Programa Internet para Todos, que vai levar a banda larga às cidades onde não há acesso ou onde o acesso é ruim.

O Internet para Todos oferecerá aos usuários conexão a preços reduzidos.

A expectativa do ministro é que o programa atinja 100% dos municípios brasileiros em três semanas.

O termo de adesão assinado pelos prefeitos define a infraestrutura básica e as condições para a participação dos municípios no programa. As prefeituras deverão indicar onde serão instaladas as antenas para distribuição do sinal de internet, garantir a segurança da área e arcar com as despesas de energia elétrica.

Os municípios começarão a receber as antenas em maio, e a expectativa é que sejam instaladas 200 por dia. A operação será feita pela empresa Viasat, dos Estados Unidos, que foi contratada pela Telebras.

A conexão de internet será feita por meio do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, que é de propriedade do governo brasileiro e recebeu R\$ 3 bilhões em investimentos. Em órbita desde maio de 2017, o satélite tem vida útil de 18 anos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



José Roberto Simões, Cristiano Trein, Hélio José, Ulisses Riedel, Lívio Andrade Filho e Rafael Shayani no debate

Texto amplia investimentos em infraestrutura de transporte

A determinação para que o governo invista pelo menos 5% da arrecadação com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos será analisada hoje pela Comissão de Infraestrutura (CI), às 9h. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 11/2013 dispensa estados e municípios de cumprir a cota, tornando-a obrigatória só para a União.

A proposta é um substitutivo do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ao projeto original do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues.

O colegiado também pode votar

projeto que vincula a aplicação dos investimentos federais nesta área à comprovação da viabilidade econômica. O PLS 235/2014, do ex-senador Alfredo Nascimento, exclui dessa exigência as obras necessárias à segurança nacional e as de caráter social.

A proposição classifica a rodovia BR-319 como prioritária, obrigando a restauração no trecho entre Nhamundá, no Amazonas, e Porto Velho, em Rondônia, no prazo de dois anos.

Relator na comissão, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) apresentou um substitutivo ao projeto com ajustes na redação e retirando o prazo de dois

anos para a conclusão das obras.

O senador propõe alterar o regime da BR-235, que liga Aracaju, em Sergipe, ao Campo de Provas Brigadeiro Velloso, em Novo Progresso, no Pará, e atravessa Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Tocantins.

Água e esgoto

A pauta traz ainda projeto que obriga a cobrança separada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O objetivo do PLS 291/2013 é evitar o pagamento por serviços que nem sempre são oferecidos.

De acordo com o autor, o ex-senador

Cyro Miranda, a cobrança conjunta não estimula as concessionárias a investir na expansão e na qualidade das redes de coleta e nos sistemas de tratamento. Relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o texto prevê multa ao proprietário de lote que se recuse a conectar sua edificação à rede de esgotamento.

Ele propôs um substitutivo para obrigar proprietários de lotes a pagarem pela disponibilidade do serviço independentemente da conexão das suas edificações às redes de infraestrutura existentes. Isso porque a implantação de redes tem um custo de investimento que precisa ser amortizado.

Comissão intercederá por doentes de Parkinson

Senadores pedirão ao Ministério da Saúde que baixe a idade mínima, hoje de 50 anos, para recebimento de medicamentos pelo Programa Farmácia Popular

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) vai pedir ao Ministério da Saúde a revisão da norma que fixou uma idade mínima para a compra ou recebimento de medicamentos do Programa Farmácia Popular por doentes de Parkinson.

A reivindicação partiu de especialistas, ativistas e parkinsonianos que participaram ontem de uma audiência pública na CDH.

Atualmente, apenas maiores de 50 anos têm acesso facilitado aos remédios. Pacientes mais jovens enfrentam burocracia e precisam de pedidos especiais.

O ministério argumenta que a restrição é uma tentativa de inibir fraudes e também vale para outras enfermidades. Para osteoporose, por exemplo, a idade mínima é de 40 anos. Para hipertensão, 20.

Desconhecimento

A coordenadora do projeto Vibrar com Parkinson, Danielle Ianzer, explicou que a doença não é exclusividade de idosos e lamentou a falta de informação sobre a enfermidade, reconhecida popularmente apenas pelos



O neurologista José Guilherme Schwam Júnior explica em comissão as especificidades do tratamento de Parkinson

tremores dos pacientes.

— A percepção da população é de que há só tremor. Mas existem mais de 30 sintomas, inclusive não motores. As pessoas não têm culpa de não saberem. Não há uma política de conscientização sobre a doença — afirmou Danielle, que tem Parkinson e relatou sua luta de seis anos até finalmente conseguir diagnosticar o problema.

Atendendo outro pedido dos convidados da audiência, o vice-presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), informou que a comissão vai pedir ao Ministério da Ciência e Tecnologia que analise a possibilidade de criar uma instituição nacional de pesquisa para a doença de Parkinson.

A professora da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto Elaine Del-Bel relatou as dificuldades dos pesquisadores com a falta de verbas e disse que a ciência no Brasil “precisa desesperadamente de financiamento”.

Orçamento

Ela também lembrou a situação difícil enfrentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em razão do orçamento pequeno.

— O corte do governo para o Ministério da Ciência e Tecnologia é uma infelicidade, para não dizer que é um absurdo. No orçamento atual, em relação a 2010, a diminuição foi de 52%. O CNPq, por exemplo,

sempre foi a grande entidade de financiamento para todo o Brasil, mas os pesquisadores não estão recebendo e as bolsas estão caindo muito.

A especialista também relatou a experiência bem-sucedida da USP com estudos envolvendo o antibiótico doxiciclina no tratamento do

mal de Parkinson.

Outro problema relatado na audiência pública foi a dificuldade dos pacientes para receber tratamento com equipes multidisciplinares. Segundo os especialistas, o doente de Parkinson precisa não só de neurologista, mas também de fisioterapeuta, fonoaudiólogo, educador físico e nutricionista.

Para o médico neurologista Nasser Allam, se a questão fosse apenas motora, talvez fosse mais fácil tratar.

— Mas o Parkinson envolve muito mais. Mesmo no início da doença, há quem apresente declínio cognitivo, ainda que leve. A depressão também é muito prevalente. Constipação intestinal, sialorreia [salivação excessiva], dificuldade de deglutição e transtorno da marcha também acometem os pacientes. A atividade física, por exemplo, é fundamental para vida dos parkinsonianos. E, de modo geral, os pacientes não têm esse suporte.

A doença em números

- É a segunda doença neurodegenerativa mais comum em todo o mundo, atrás do mal de Alzheimer.
- Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), acomete 0,3% da população mundial — **5 milhões de pessoas**.
- No Brasil, não há números atualizados, mas, considerando a população de 207 milhões de habitantes, é possível estimar a existência de cerca de **600 mil doentes**, tendo como base o parâmetro da OMS.
- Entre todos os casos, estima-se que **de 3% a 6%** sejam diagnósticos de **Parkinson precoce**, aquele que atinge pessoas de 21 a 40 anos.

Fonte: Projeto Vibrar com Parkinson

Presidente do TSE, Luiz Fux é convidado de audiência hoje sobre voto impresso

A segurança das urnas eletrônicas e a implantação do voto impresso nas eleições de outubro voltará a ser debatida hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, é um dos convidados.

A CCJ também debateu o tema na semana passada. Fux havia sido convidado para participar do outro debate, mas não pôde comparecer. O senador Lasier Martins (PSD-RS), autor do pedido de realização da audiência, confirmou a vinda do ministro.

Na audiência da semana passada, especialistas afirmaram que o TSE tem demonstrado má vontade e falta de interesse para implantar o sistema de impressão de votos na urna eletrônica.

Lasier disse ter deixado a reunião com a convicção de que as desconfiças têm procedência.

Novidade este ano, o voto impresso deverá ser implantando em cerca de 30 mil das 600 mil urnas eletrônicas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Colegiado que analisa MP de inovação em informática define plano de trabalho

A comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 810/2017 se reúne hoje para definir o plano de trabalho. A comissão é presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA) e tem como relator o deputado Thiago Peixoto (PSD-GO).

A MP amplia para 48 meses o prazo para as empresas brasileiras de informática beneficiadas com incentivos fiscais relativos a pesquisa e desenvolvimento reinvestirem valores pendentes. Para isso, o texto altera as Leis 8.248/1991 e 8.387/1991, que

concedem incentivos para empresas de tecnologia da informação e comunicação que investirem 5% do faturamento bruto em pesquisa — as novas regras reduzem o percentual a até 2,3%.

A fiscalização da aplicação dos recursos, a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, deverá ser analisada por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários. O governo justifica que o ministério tem dificuldade para verificar as prestações de contas das empresas, o que desestimula o acesso aos benefícios fiscais.

Descarte ambientalmente correto do óleo de cozinha pode ser votado em comissão

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar hoje, às 11h30, projeto de lei sobre o descarte ambientalmente adequado do óleo de cozinha. Atualmente o resíduo costuma ser despejado no ralo da pia, contribuindo para entupir as instalações sanitárias e as redes de esgoto.

“Óleo de cozinha jogado nas águas chega a contaminar em torno de até 10 mil litros de água. Então, é uma política não muito difícil de fazer e que vai contribuir para o meio ambiente”, diz José Medeiros (Pode-MT) para

justificar o texto (PLS 75/2017).

O projeto altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir o óleo de cozinha e demais gorduras de uso culinário na lista de produtos do sistema de logística inversa: a responsabilidade pela coleta, pelo reaproveitamento e pelo descarte correto desses materiais é dos fabricantes.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), recomendou a aprovação. Se for aprovado e não houver recurso para votação em Plenário, o projeto segue para a Câmara dos Deputados.

CPI do BNDES apresenta relatório final sobre investigação de empréstimos

A CPI do BNDES apresenta hoje o relatório final do colegiado, que apurou supostas irregularidades em empréstimos concedidos pela instituição. O relator é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

A comissão foi instalada em agosto de 2017 para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no programa de globalização das companhias nacionais (em especial a linha de financiamento para a internacionalização de empresas, a partir de 1997).

A CPI também investigou irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, principalmente a linha denominada BNDES Finem — Desenvolvimento integrado dos estados.

Em diversas oitivas, a comissão ouviu representantes do BNDES, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Central e da Comissão de Valores Imobiliários, além do empresário Eike Batista, do grupo EBX, e dos empresários Wesley e Joesley Batista, do grupo J&F Investimentos.